

DECRETO Nº 29, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

**REGULAMENTA A LEI
MUNICIPAL Nº 3530/2000
E REVOGA O DECRETO
MUNICIPAL Nº 059/2010**



JOSÉ CARLOS ANZILIERO AMARAL, Prefeito do Município de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 87, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Serão considerados dependentes para fins deste regulamento:

I - A esposa ou companheira;

II - Os filhos homens até 18 anos, solteiros;

III - As filhas mulheres até 21 anos, solteiras;

IV - Ambos até 24 anos se solteiros e estudantes, mediante comprovação semestral;

§ 1º São considerados dependentes, nas mesmas condições dos incisos anteriores o enteado ou enteada do servidor optante, ou neto sob guarda judicial;

§ 2º O dependente que atender o requisito do inciso IV, supra que não comprovar em qualquer semestre sua condição de estudante, automaticamente contribuirá na mesma condição do esposo dependente, faixa etária I, objeto do artigo 2º desta Lei;

§ 3º Os filhos, enteados e netos sob guarda que cumprirem a idade limite estipulada neste artigo serão imediatamente desligados do plano, mediante entrega obrigatória das carteiras de beneficiário, sob pena do pagamento de uma multa equivalente a cinquenta URMs por mês de atraso na entrega;

Art. 2º Os servidores filiados aos sistemas comportarão somente uma Categoria (A)

Art. 3º Sendo ambos os servidores, marido e mulher ou companheiros legalmente declarados de união estável, o cônjuge que tiver o maior provento composto(básico + vantagens fixas) passará a figurar como titular, tendo seu companheiro como dependente, sem custo adicional, desde que tal benefício seja de interesse dos servidores.

Art. 4º A parcela total de 15,60% a ser pago a Unimed incidirá sobre a remuneração do servidor, considerando as seguintes parcelas:

I - vencimentos, proventos, pensões, complementação de proventos e pensões;

- II - avanços, anuênios, triênios e quinquênios;
- III - adicionais]normais e noturnos;
- IV - adicional de difícil acesso;
- V - função gratificada;
- VI - 1/3 de férias;
- VII - gratificações especiais quando somadas para cálculo de adicionais;
- VIII - gratificação dedicação integral;
- IX - direção, unidocência;
- X - nível superior;
- XI - horas extras;
- XII - 13º salário, gratificação natalina;
- XIII - cargo em comissão;
- XIV - licenciado para tratamento de interesse particular;
- XV - insalubridade, periculosidade;
- XVI - hora máquina(se houver);
- XVII - desdobramento de carga horária 20 ou 40 horas;
- XVIII - diferença de salário;
- XIX - abonos salariais temporários;
- XX - quebra caixa;
- XXI - subsídios de vereadores;
- XXII - subsídios fixos dos Prefeitos e Vice-Prefeitos;
- XXIII - salário do servidor do quadro de pessoal, quando licenciado para exercer mandato de Prefeito ou Vice-Prefeito;
- XXIV - funcionário encostado(INSS), para tratamento de saúde.

Art. 5º O servidor que pretender se desligar do convênio ou de algum modo desligar-se do serviço público municipal, deverá devolver as carteiras de conveniado, no prazo máximo de cinco dias da comunicação do desligamento ou até o último dia útil do mês pela parte da manhã.

Parágrafo Único - O servidor que pretende abandonar o convênio só será desligado, contanto que devolva todas as carteiras que tiver, sua e de todos os seus dependentes e faça o pedido por escrito junto ao protocolo.

Art. 6º O convênio obedecerá as normas estabelecidas no contrato de prestações de serviços médicos e hospitalares (PLANO DE VALOR DETERMINADO), contrato nº 166/79 de 14 de dezembro de 1979, firmado entre a Unimed e o Município de Três Passos.

Art. 7º Fica revogado o Decreto Municipal nº 59, de 30 de julho de 2010.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS, Aos 14 dias do mês de abril de 2015.

JOSÉ CARLOS ANZILIERO AMARAL
PREFEITO DE TRÊS PASSOS/RS

LUCAS NECKEL
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DESIGNADO